



O PROBLEMA DO MAL NO SISTEMA LEIBNIZIANO DO MELHOR DOS MUNDOS POSSÍVEIS

Michel da Silva Muraro¹

Aluísio Miranda von Zuben²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo, analisar a problemática do mal na filosofia de Leibniz, mais especificamente no seu sistema do melhor dos mundos possíveis. O mal é um dos grandes temas discutido na filosofia, mais propriamente na disciplina de Teodiceia, termo que fora forjado por Leibniz a partir das palavras gregas *Theos* (Deus) e *Dike* (Justiça) para significar a parte da Metafísica, e mais propriamente, da Teologia Natural, que explica como devemos compreender a bondade e a justiça de Deus. O Deus leibniziano, é um Ser dotado de perfeito saber, perfeito poder e perfeita bondade. Em sua máxima onisciência, analisa de modo simultâneo todos os mundos possíveis, isto é, todas as possibilidades de todos os seres que compõem o mundo, por sua máxima onibenevolência, escolhe o melhor entre todos os possíveis e, por sua máxima onipotência, dá a existência a melhor realidade possível, que se pauta pela maior variedade e compossibilidade de seres vivendo em uma harmonia preestabelecida por Deus. As Mônadas, que são os constituintes básicos da realidade, são entes substanciais que não possuem interferência externa, pelo contrário, tudo o que lhe ocorre, ocorre internamente por suas percepções ao seu ponto de vista da realidade. Deste modo, as mônadas não interagem uma com as outras, não possuem portas ou janelas das quais nada possa entrar ou sair. Contudo, na realidade física vemos que constantemente tudo está em interação, e essa interação é aparente, mas não ilusória, é um fenômeno bem fundamentado, um modo de expressão de uma mônada no espaço e no tempo, feita pela harmonia preestabelecida. Portanto, O mal surge da própria percepção das Mônadas por expressarem a realidade ao seu modo, agem pelo que lhes parece melhor e não pelo que de fato é melhor, isso ocorre, porque nem sempre nossas percepções são claras e distintas, mas confusas.

PALAVRAS-CHAVE: Leibniz; Deus; Mônadas; Percepção; Mal.

O problema do mal é um dos assuntos fundamentais da metafísica, pois é um tema que sempre inquietou a humanidade. As pessoas se perguntaram: De onde vem o mal? Ou, porque existe o mal? Ou ainda, é Deus o autor do mal? Diante desses questionamentos

¹ Bacharel em filosofia pela Faculdade São Basílio Magno (FASBAM). Este artigo foi elaborado a partir da monografia (TCC) orientada pelo Prof. Dr. Aluísio Miranda von Zuben. E-mail: michelmuraro@yahoo.com.br

² Doutor em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); professor de filosofia na Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) e na Faculdade Vicentina (FAVI). E-mail: amvonzuben@yahoo.com.br

muitos pensadores elaboraram suas teses a fim de tentar resolver o problema. Nos dias atuais, as pessoas ainda se perguntam sobre a origem e a existência do mal. Em busca de respostas acabam por atribuir as causas dos sofrimentos e dos males, no mundo, à vontade de Deus e, assim fazendo, o tomam por injusto e arbitrário. Com o propósito de explicar a justiça de Deus que Leibniz escreveu uma obra, cujo título, é “Ensaio de Teodiceia: sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal”, mas que é chamada, usualmente, apenas por Teodiceia. Termo forjado, pelo autor, a partir das palavras gregas *Théos* (Deus) e *Dike* (Justiça), para significar a parte da Metafísica, e mais propriamente, da Teologia Natural, que explica como devemos compreender a bondade e a justiça de Deus.

Este artigo tem, por objetivo, analisar a problemática do mal na filosofia de Leibniz, mais especificamente no seu sistema do melhor dos mundos possíveis. Na visão do autor da Monadologia, tudo no universo possui uma razão, um *Logos*, que rege todas as coisas, em outras palavras, existe uma causa primeira, para que tudo seja organizado tal como percebemos e não de outra forma. Essa causa deve ser extramundana, pois, o nosso próprio mundo é contingente e, portanto, não necessário. Assim, o Deus leibniziano é dotado de perfeito poder, saber e bondade e, por esses atributos máximos, analisa e dá a existência a melhor realidade possível, isto é, ao melhor dos mundos possíveis. Os seres que o compõe são entes substanciais singulares, denominados inicialmente por Leibniz de *Substância Individual*³, entretanto, com o amadurecimento de seu pensamento, Leibniz passa a utilizar o termo *Mônadas*, para se referir aos constituintes básicos da realidade.⁴ A própria concepção do melhor dos mundos possíveis no sistema leibniziano, pauta-se, sobretudo, na noção de variedade e compossibilidade, ou seja, quanto maior o número de seres vivendo junto em uma harmonia, sem que um traga contradição a existência do outro, é que caracteriza este mundo como o melhor dos possíveis.

Contudo, quando se olha para o mundo, logo se percebe que este mundo poderia ser melhor, o próprio Pierre Bayle faz está crítica a Leibniz em um verbete em seu dicionário⁵, afirmando que já no século XIII o rei Afonso, supostamente haveria dito que, se Deus o tivesse consultado antes de criar o mundo ele teria ofertado bons conselhos de

³ Cf. LEIBNIZ, G.W. *Discurso de Metafísica*. São Paulo: Ícone, 2004, § 8, p. 48.

⁴ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Princípios da natureza e da graça*. São Paulo: Hedra, 2009, § 1, p. 45.

⁵ Pierre Bayle filósofo francês do século XVII (1647-1706). No artigo “Rorário” de sua obra “*Dictionnaire historique et critique*”, Bayle faz elogios a filosofia de Leibniz, entretanto, aponta também caminhos de aperfeiçoamento.

melhorias.⁶ A principal questão colocada pelos críticos de Leibniz, é que afirmação que este é o melhor dos mundos possíveis é um tanto quanto exagerada, sobretudo, quando nos deparamos com a questão do mal. Portanto, como já afirmamos no começo, Leibniz escreve sua obra Teodiceia, visando conciliar o mal no mundo com Deus e, que de fato, mesmo este mundo contendo o mal, ainda é o melhor dos mundos possíveis.

1. A formulação do problema do mal na história da filosofia anterior a Leibniz e suas soluções

O problema do mal é uma das grandes questões metafísicas, assim, muitos filósofos e teólogos buscaram discorrer acerca de sua natureza e origem. Epicuro talvez é o primeiro filósofo a tratar da questão do mal, diz ele em um de seus escritos:

Deus, ou quer impedir os males e não pode, ou pode e não quer, ou não quer nem pode, ou quer e pode. Se quer e não pode, é impotente: o que é impossível em Deus. Se pode e não quer, é invejoso: o que, do mesmo modo, é contrário a Deus. Se nem quer e nem pode, é invejoso e impotente: portanto, nem sequer é Deus. Se pode e quer, o que é a única coisa compatível com Deus, donde provém então a existência dos males? Por que razão é que não os impede?⁷

Para melhor compreender-se o problema é preciso conhecer as teorias física e ética no de Epicuro. A física epicurista procura fundamentar a existência do mundo sem uma causa sobrenatural e, para isso, parte de um materialismo, excludente do mundo de qualquer direção de um ente espiritual, como um mecanicismo sem finalismo. Deste modo, tudo o que existe é o corpo, e este corpo é composto por inúmeros corpúsculos, sendo átomos que continuamente estão em movimento. Se há algo imaterial que Epicuro admite, em sua filosofia, é o vazio. Entretanto, o vazio permite que os corpos movam-se através de si próprio. E por esse movimento contínuo, se reconhece que nada pode vir do nada, pois nascimento e morte são uma agregação e desagregação dos corpos ou, mais propriamente, dos átomos que estão nesse movimento no vazio. Assim, chocando-se e combinando-se entre si, os átomos constituem as mais variadas formas.

No que tange a alma, esta também é material para Epicuro, entretanto é composta por partículas sutis de átomos e vazio que estão difundidas por todo o corpo por meio do qual manifesta suas faculdades afetivas e perceptivas, mas, deste modo, a alma separada do corpo tem sua sensibilidade perdida.

⁶ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017, § 193, p. 275.

⁷ Cf. EPICURO. *Antologia de textos*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 20.

A ética epicurista pauta-se, sobretudo, no prazer, de outro modo, o ser humano busca o prazer e evita a dor. Assim, são três os tipos de prazeres para Epicuro: Os naturais e necessários, os naturais e não necessários e os não naturais e não necessários. A primeira forma de prazer está diretamente ligada em saciar as nossas necessidades fisiológicas com os recursos que a própria natureza nos fornece, por exemplo se tenho sede, a água saciará essa sede. A segunda forma de prazer também visa em saciar nossas necessidades básicas, mas com recursos mais refinados, por exemplo, sacio minha sede com um bom vinho. Já a terceira forma de prazer, não está relacionada com nossas necessidades básicas, mas com riquezas e status. Ainda existem dois fatores a seres elencados para uma perfeita *Eudaimonia*: A *aponia* é a saúde do corpo, e a *atarixia*, o estado de serenidade, que depende da opinião que temos. Para tanto, devemos evitar algumas questões como as de natureza teísta por gerar sofrimento e, portanto, não devemos nos nutrir delas.

Portanto, não devemos viver conforme as opiniões, mas conforme a natureza e é neste contexto que entra o problema do mal e seu paradoxo. Os deuses, para Epicuro são formados por átomos especiais, e estão somente preocupados com a própria felicidade, não havendo, assim, uma providência e motivo para intervir na vida humana. Deste modo, o ser humano não deve temer os deuses, e deve abandonar tais opiniões acerca deles, porque geram sofrimento desnecessário.

Dentro da concepção metafísica, a questão do mal pode ser formulada em dois âmbitos, o primeiro é considerá-lo como o não-ser diante do ser, e o segundo é ponderá-lo com uma dualidade diante do ser.

O mal como o não-ser diante do ser, é concebido, segundo Abbagnano, no neoplatonismo⁸, embora já houvesse indícios de uma formulação análoga no estoicismo⁹. Os estoicos, particularmente Crisipo, consideravam que os males não eram exatamente males, mas vícios, que vão na contramão da virtude. O homem virtuoso no estoicismo, é aquele que age segundo a sua natureza, ou seja, segundo a razão, assim, sendo o homem virtuoso ele alcançará a felicidade, o bem e, não agindo conforme a razão, o homem age na ignorância, isto é, na má compreensão que o impede de agir segundo a natureza, que

⁸ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, art.: MAL.

⁹ Corrente filosófica fundada por Zenão de Cítio no período helenístico por volta do ano 300 a.C, passando por três períodos. O primeiro é conhecido por período antigo ou ético que vai do final do século IV ao século III a.C, e tem como principais representantes Zenão de Cítio, Crisipo e Cleantes. O segundo período que vai do século II ao século I a.C, também é tido por fase média ou eclética e tem Cícero como um dos seus principais representantes. O último período é também chamado de novo ou religioso, e começa era cristã, e dentre seus principais representantes destacam-se Sêneca, Epicteto e o Imperador Marco Aurélio. O grande ideal estoico baseia-se no Logos, ou seja, na razão, portanto, a *apatia* garante a *Eudaimonia* para os estoicos.

resultará em tristezas, portanto, males. Deste modo, Abbagnano afirma que é apropriado atribuir como bom tudo o que existe, e reduzir o mal ao não-ser.¹⁰ Já os neoplatônicos¹¹ presumiam que a existência dos males condicionava a dos bens, e Plotino foi além ao identificar o mal com a matéria, assegurando que se o mal existe, existe no que não é, e, portanto, é um não-ser que se encontra em coisas mescladas ou sendo partícipes do não-ser. Contudo, é na filosofia cristã que a concepção do mal como o não-ser diante do ser se torna tradicional. No oriente destacam-se Clemente de Alexandria (150-215) e Orígenes (185-255), e é Santo Agostinho (354-430) que a difunde no mundo ocidental.

Na tradição patrística do século IV, Santo Agostinho procura, em uma espécie de monólogo, a origem e a solução do mal. Para Etienne Gilson, a questão do mal no pensamento agostiniano depende fundamentalmente da metafísica, e para resolvê-lo é preciso partir de considerações acerca do ser¹². Primeiramente Santo Agostinho considera Deus como o *Summum Bonum*, bem supremo, imutável, incorruptível e eterno não existindo nenhum bem acima ou fora dele. Já as suas criaturas, no entanto, são passíveis de mutabilidade visto que se assim não o fossem seriam idênticas a Deus e, nesse caso, já não seriam mais criaturas. Deste modo, Gilson afirma que as criaturas só existem por Deus, mas não são dele, e que sua origem, embora criacional, fora retirada do nada por parte Dele, e por esse nada é que os entes criados participam tanto do ser quanto do não ser.¹³ Portanto, já na própria substancialidade do ser há uma falta original, falta essa que a faz passar pelo processo de mutabilidade.

Embora haja essa falta original, para o autor das confissões todas as criaturas são boas, pois afirma que se Deus é bom todas as coisas criadas por ele conseqüentemente são boas¹⁴. Assim, o que caracteriza qualitativamente um ser como bom são atributos universais que Deus lhe conferiu no ato criativo, tais atributos são: medida, forma e ordem. Ademais, quanto maiores essas perfeições forem, maior será o bem em sua substancialidade. Também sua natureza é proporcional ao bem, e fundamentando esta

¹⁰ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, art.: MAL.

¹¹ O Neoplatonismo é uma escola filosófica que nasce em Alexandria no século II com Amônio Saccas. Esta corrente busca a partir da síntese do neopitagorismo, platonismo e médio platonismo, legitimar verdades religiosas reveladas ao homem, tendo como principais fundamentos o caráter de revelação da verdade que é de natureza religiosa (divina); o caráter absoluto da transcendência divina; a teoria da emanção que tem como fundo que todos os entes derivam necessariamente do *Summum Bonum*, ou seja, de Deus, e que se tornam menos perfeitas quando se veem afastadas deles; e a do retorno do mundo a Deus pelo homem de sua interiorização, da união do homem com o divino. Alguns dos maiores representantes do neoplatonismo são: Plotino, Plutarco, Santo Agostinho, Jâmblico, Porfírio.

¹² Cf. GILSON, Etienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007, p. 271.

¹³ Cf. *ibid*, p. 272

¹⁴ Cf. AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 177.

concepção agostiniana, Gilson afirma que toda a natureza é boa por definição.¹⁵ Assim, o mal torna-se a corrupção de uma das perfeições universais, ou mais propriamente do bem. Entretanto, não é mal em absoluto, mas na medida em que é corrompida, contudo, mesmo sendo corrompida uma das perfeições, a substancialidade ou a natureza permanece boa, e esta relação da corrupção ou do mal em um bem na natureza de um ente é denominada por Santo Agostinho de privação. Diz ele que em sua análise percebeu que tudo aquilo que se corrompe é bom, e se corrompem porque são privadas de algum bem e mais ainda que se forem privadas de todo o bem deixarão de existir.¹⁶ Este pensamento deixa claro que o mal não pode ser pensado fora de um bem, mas não um bem absoluto, pois caso o fosse seria imutável.

O mal natural é formulado a partir desses princípios, pela própria falta original nas criaturas, no momento de sua existência, concedida por Deus, elas são boas, mas é visto no mundo que as criaturas nascem corrompem-se e morrem, e, conseqüentemente se percebe sofrimentos e angústias. Gilson fala dos males naturais do universo, no pensamento agostiniano como um teatro de destruições contínuos¹⁷. Mas mesmo nesse teatro de destruição há beleza, um bem, uma harmonia, uma perfeição na sucessão desses desastres que mostram uma razão satisfatória para tais desastres. Pois na medida em que um ente, de natureza mais fraca, vai cedendo seu lugar a um mais forte e assim, sucessivamente, numa espécie de engendramento, através do espaço e do tempo, vai se percebendo a beleza, o bem, pois como afirma Santo Agostinho: “Reconheci que cada coisa se adapta perfeitamente não só no ao seu lugar, mas chega a seu tempo”.¹⁸

O mal moral condiz estritamente às criaturas racionais, pois elas dependem do uso da razão, assim a problemática tem como base a questão do livre arbítrio do homem, bem como o seu valor de bondade. Para o bispo de Hipona, os males, em seu nível moral, advêm do mau uso de sua vontade livre e Segundo Gilson, o responsável por isso é o próprio homem e não Deus.¹⁹ Pode-se objetar contra a decisão de Deus em dar ao homem uma vontade livre, sabendo em sua onipotência que essa vontade é falha. Entretanto, a vontade em si mesma não é um mal, nem um bem absoluto, mas um bem mediano, por isso seu valor é neutro, pois pode ser utilizado para ambos os lados. Agostinho afirma que o arbítrio humano está entre o Sumo bem e os bens inferiores, pois a finalidade de todo

¹⁵ Cf. GILSON, Etienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007, p. 273.

¹⁶ Cf. AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 187.

¹⁷ Cf. GILSON, Etienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007, p. 275.

¹⁸ Cf. AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 190.

¹⁹ Cf. GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 153.

ser humano é alcançar a felicidade pela vontade livre, ou seja, pela liberdade é que o homem será feliz, entretanto, para sê-lo, é necessário que o ser humano se volte para o Sumo Bem, que se apegue a um bem imutável e universal, que será objeto de sua própria felicidade. Entretanto, pode também a vontade decidir rejeitar a esse bem universal e deleitar-se em seu próprio bem de forma egoísta, e aqui consiste o pecado. Deste modo, como pode o homem optar livremente para o pecado sendo Deus a causa de tudo? Santo Agostinho não possui uma resposta sistematicamente formulada, conquanto parta da certeza de que esse movimento não vem de Deus, e o pecado em si não possui uma causa eficiente, mas deficiente, pois é a falta, a ausência, a privação que já se encontra presente desde a origem criacional do nada, isto é, de nenhuma outra substância, mas da onipotência divina, e este em nada implica o não ser. Nas confissões sobre o mal Santo Agostinho afirma: “Procurei o que era a maldade e não encontrei uma substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema”²⁰, assim o pecado na base do arbítrio humano é a ausência do amor divino.

No período escolástico a questão é tratada de modo aproximado ao da patrística. Santo Anselmo retoma Santo Agostinho, e na escolástica hebraica Maimônides reitera a mesma tese. Na alta escolástica, São Tomás de Aquino (1225-1274) retoma a concepção agostiniana, mas lhe dá uma nova força, deste modo, o mal não possui nem forma, nem natureza, pois é uma ausência do ser, uma ausência que deveria existir em uma natureza, mas não existe, assim, o mal não existe em si mesmo como qualidade, forma, mas existe nas coisas e as corrompe.

Para compreender a solução que o Doutor Angélico dá a respeito da doutrina do mal, em sua filosofia, primeiramente faz-se necessário entender a sua reflexão acerca da criação e perfeição do mundo, que, sobretudo, decorre das cinco vias da demonstração da existência de Deus, mais especificamente a quarta e quinta vias, que são respectivamente, a dos graus de perfeição e a do governador supremo de todas as coisas. O universo criado seria um espelho da perfeição divina, ou como afirma Etienne Gilson e Philotheus Boehner: “o mundo foi criado para servir de reflexo diante da perfeição de Deus”.²¹ Essa perfeição, segundo Aquino, é vista em sua totalidade, mas, mesmo o todo é formado a partir das partes, deste modo, Deus se serviu de inúmeras perfeições contidas nos seres que são definidas por suas respectivas formas para a perfeição em sua totalidade e que se

²⁰ Cf. AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 190.

²¹ Cf. BOEHNER, Philotheus & GILSON, Étienne. *História da filosofia cristã*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 465.

dá em conjunto. Ademais, tais perfeições dos seres criados seguem uma ordem, uma hierarquia, tal como percebemos na natureza, uma planta é mais perfeita que uma rocha, entretanto, o animal é superior a ambos e o homem acima dos três, e metafisicamente falando, os anjos estão ainda acima dos homens e abaixo somente de Deus. Portanto, São Tomás categoriza os seres no que tange à representação da perfeição divina, assim os seres inanimados e irracionais a representam como vestígio e os seres humanos e os anjos representam-na como imagem e semelhança, garantindo, assim, que nenhum ser criado seja privado do bem que emana de Deus. Contudo, de acordo com Gilson e Boehner, não é necessário que as criaturas alcancem a máxima perfeição possível, mas que elas estejam bem harmonizadas e em proporção.

Por ser mais perfeito na hierarquia dos graus de perfeição, o ser espiritual, isto é, os homens e os anjos, são os que de maneira mais intensa participam, por sua natureza da bondade divina. Ademais, o escritor da Suma Teológica distingue dois graus na escala de perfeição. Diz Gilson e Boehner, que em alguns seres a perfeição é precívél, e em outros é inamissível e, portanto, existe seres corruptíveis e incorruptíveis.²² No tocante à natureza humana o Doutor Angélico afirma que ela é um valor em si e dessa forma ela lança-o para o bem, aqui parece que Tomás de Aquino retoma a doutrina agostiniana acerca do bem, desta maneira, o mal encontra-se na deficiência de um grau de perfeição, isto é, na privação de um bem. Portanto o mal não é uma substância em si mesmo, nem sequer é algo, mas pelo contrário, se manifesta como ausência, privação de algo, que é, o bem contido em um determinado ente. Acerca da desta afirmação nos diz Santo Tomás: “Deve-se dizer certamente que o mal está nas coisas, mas como privação, não como algo real; não obstante, está na razão como algo inteligido; e por isso, pode dizer-se que o mal é um ente de razão e não da coisa, dado que no intelecto é algo, mas não na coisa.”²³ Outrossim, o mal não possui nem perfeição nem ser, significa apenas ausência do bem contida no ser, pois, tanto para Santo Agostinho, quanto para Santo Tomás, o ser enquanto ser é um bem, e desta maneira o mal representa algo de negativo, não obtendo essência e realidade, ele é, ou melhor, se apresenta, como uma privação de uma qualidade do ser que deveria possuir, mas não possui, e para Gilson e Boehner, privação é o termo mais correto

²² Cf. *ibid*, p. 466.

²³ Cf. AQUINO, Santo Tomás de. *Sobre o mal*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005. Tomo I, p. 25.

a se aplicar, pois é algo faltante na própria estrutura do ser, seja ele tanto de nível moral quanto físico.²⁴

Se o mal é uma privação de uma qualidade que a criatura deveria possuir, mas não possui, essa privação fora dada a ela no ato criativo? E se assim for, é Deus a causa do Mal? A resposta do Doutor Angélico é que o mal não pode ter a sua causa em Deus porque sendo Ele dotado de perfeição seu ato também o é, e como visto, o mal é uma privação qualitativa no ser, inclusive na atividade que este próprio desempenha. O próprio mal contido na corrupção de certos seres, segundo Aquino, deve ser direcionado a Deus em vista de um bem determinado no âmbito da harmonia geral do mundo, sendo assim, a causa do bem, do ser, não é outro senão Deus. Sendo Ele o governador supremo de todas as coisas, as ordena, como vimos, em uma harmonia para uma finalidade e essa finalidade é ele próprio, e esse ordenamento, em vista de sua finalidade, denomina-se providência, e no âmbito da providência divina a liberdade do homem não está excluída. Assim, ele move todas as coisas no modo que é próprio a cada um. Mas então qual a causa do mal? Segundo Abbagnano, para Santo Tomás a presença do mal, no mundo, deve-se ao livre arbítrio do ser humano²⁵. E quando a vontade deliberadamente tende para atos desordenados, para os vícios, ocorrem, de fato, os males, ou mais especificamente, o maior dos males, ou seja, o mal moral, ou de culpa, porque atinge diretamente a natureza humana.

São três os tipos de mal que Aquino classifica, em primeiro lugar há o mal moral. Ele priva o homem de sua beatitude, ou seja, dos bens espirituais e morais que Deus o concedeu no ato criativo. Essa privação ocorre de modo deliberado pelo ser humano. Em segundo lugar, existe o mal metafísico, que é consequente do mal moral. No mal metafísico, ocorre a privação dos bens originários da natureza, ou seja, a beatitude, a graça santificante que o homem possuía ainda em seu estado de inocência, antes da corrupção pelo pecado original. Por fim, há o mal físico que é caracterizado pela deficiência na própria matéria, esse mal independe da vontade humana, mas também é consequência do pecado original, o mal moral. Deste modo, quando ocorre o pecado, ou seja, o mal moral, a natureza do homem se enfraquece na razão do bem, e, em consequência, sua natureza fora privada da presença de Deus, privação esta que é refletida no corpo. Em ambos os males a consequência é a mesma, a dor e sofrimento. Nas sagradas escrituras a narração

²⁴ Cf. BOEHNER, Philotheus & GILSON, Étienne. *História da filosofia cristã*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 466.

²⁵ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*, v. IV. Lisboa: Presença, 2006, p. 34.

da criação contida no livro do Gênesis encaixa-se perfeitamente na lógica tomista acerca dos males e da corrupção do homem.

Entretanto, a solução de Tomás de Aquino para o problema do mal é o próprio arbítrio humano, ou mais especificamente, a vontade deliberada tomada pela razão dada por Deus para buscá-lo, pois, como já vimos, o homem é em si, como substancialidade, um bem. Desta forma, ele é capaz de distinguir e direcionar a sua vontade para o *Summum Bonum*. Nele há uma disposição natural para se entender os princípios básicos dos quais as boas ações dependem, que nos fazem tender para o bem e afastar-nos do mal. Essa disposição prática da consciência do homem denomina-se *sindérese*, e, segundo Abbagnano, da *sindérese* deriva a consciência que é o ato de aplicar os princípios gerais em uma ação particular.²⁶ Dessa forma, a adesão do homem ao bem se passa pela reordenação da vontade, que não será mais direcionada pela concupiscência, pelo pecado, mas agora será orientada pela aquisição das virtudes (intelectual, moral e teologal) que disciplinarão a natureza e a dispõe a abrir-se à graça, que é o bem à verdade. Portanto, é pela liberdade dada ao homem por Deus, que sua natureza, sua ação pode se tornar ou dignificante ou infame.

2. A noção leibniziana do melhor dos mundos possíveis e sua solução para o problema do mal

No período barroco do século XVII, em sua obra intitulada “Teodiceia”, o filósofo alemão trata de três assuntos principais englobando toda a sua filosofia, os assuntos são: A bondade de Deus, a liberdade do homem, e a origem do mal. Contudo, a questão do mal é um tanto mais espinhosa no pensamento leibniziano, pois ele afirma que este é o melhor dos mundos possíveis. Para Franklin Perkins, um comentador de Leibniz, o argumento do mal pode ser apontado como um conflito entre três proposições, são eles: Há um ser onipotente criador desse mundo; esse ser é perfeitamente bom; esse mundo não é perfeitamente bom²⁷. Ainda de acordo com Parkins, Leibniz considera as duas proposições verdadeiras, mas nega a terceira. Todavia, se Deus que é dotado de perfeito poder, perfeito saber e perfeita bondade, cria este mundo que é o melhor, onde pode o mal encaixar-se em tanta perfeição? A resposta é relativamente simples, mas os fundamentos para se chegar à resposta são extremamente complexos por envolver um

²⁶ Cf. *ibid.*

²⁷ Cf. PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 59.

pensamento puramente metafísico, portanto, abstrato, Não obstante, compreender o conceito de Deus e como ele age, tem um papel elementar na filosofia leibniziana para entender sua resposta ao problema do mal.

Como Leibniz encontra-se inserido em uma corrente denominada racionalista, para ele tudo no universo possui uma razão universal, uma razão que explique sua existência e a existência das demais coisas, e para fundamentar tal posição, o escritor da *Monadologia* afirma que são dois os princípios do conhecimento, o princípio de não contradição e o princípio da razão suficiente.

O princípio de contradição afirma que uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, ou que duas coisas opostas não podem ser ambas verdadeiras do mesmo modo, assim, Perkins afirma que tal princípio é justificado pela intuição já que ele pauta-se nos princípios da matemática e portanto de maneira *a priori*.²⁸ Quanto ao princípio da razão suficiente, Leibniz assegura que tudo tem uma razão para ser assim e não de outra forma, até em seus mínimos detalhes, mesmo que nós geralmente não conheçamos na maioria das vezes as razões.²⁹ De modo mais sintético, a razão suficiente afirma a causalidade, ou seja, tudo possui uma causa, isto é, nada pode vir do nada. Ademais, evidencia-se de modo mais prático em situações de nosso cotidiano como por exemplo o porquê de uma determinada ação e não outra, e de modo mais profundo a razão suficiente explica a causa da própria existência com todos os atributos concedidas a ela. Perkins utiliza a metáfora de uma criança que indaga com um “por quê” para cada razão que lhe é dada acerca de uma determinada causa³⁰. De outro modo, a razão suficiente para a existência de qualquer coisa, envolve todo o mundo e, na visão de Leibniz isto vai ainda além, pois, para ele, tudo está interligado em harmonia de modo que, qualquer alteração, por menor que seja, causa mudança em todo o resto, ou seja, a minha própria existência envolve a existência de todo este universo, com tudo o que está contido nele. Esta afirmação implica, que o nosso mundo possui um caráter contingente, ou seja, a sua causa não pode ser explicada por nada que contenha nele, ou ele próprio não pode ser a causa de sua própria existência, deste modo, é preciso encontrar a razão suficiente de tudo que seja necessário e conseqüentemente esteja fora da contingência que explique a existência desse mundo e a sua própria, e essa razão é Deus, na Teodiceia Leibniz afirma:

²⁸ Cf. PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 27.

²⁹ Cf. LEIBNIZ, G.W. *A Monadologia*. São Paulo: Hedra, 2009, § 32, p. 31.

³⁰ Cf. PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 30.

Deus é a razão primeira das coisas: pois aquelas que são limitadas, como tudo aquilo que vemos e experimentamos, são contingentes e não têm nada nelas que torne sua existência necessária[...]; é preciso procurar a razão suficiente da existência do mundo, que é a completa reunião das coisas contingentes, e é preciso procurá-la na substância que traz em si mesma a razão de sua existência, a qual, portanto, é necessária e eterna. É preciso também que essa causa seja inteligente.³¹

O que torna este mundo contingente é o fato de que outros mundos são igualmente possíveis, assim Deus que é a causa inteligente e é dotado de perfeito poder, saber e bondade, compreende todos esses mundos possíveis de maneira simultânea, ou seja, ele relaciona tudo o que é possível, todas as ações, cada aspecto de cada criatura em sua totalidade em seu entendimento, e dentre todos por sua bondade escolhe e pelo seu poder dá existência ao melhor, ao mais perfeito possível.³² Assim o melhor dos mundos possíveis é aquele onde existe a maior diversidade e variação de seres vivendo juntos o que Leibniz chama de compossibilidade em uma ordem geral. Esses seres são denominados Mônadas. Leibniz define as mônadas como substâncias simples, e por simples compreende-se sem partes.³³ Assim, o mundo é composto por infinitos entes substanciais que formam a realidade, o composto ou a matéria nada mais é do que a reunião ou o agregado do simples³⁴, mas aqui entra uma problemática, as mônadas como são unidades singulares, não interagem com outras mônadas, tão pouco podem sofrer alterações externas, e como não possuem partes não podem formar a realidade física porque a matéria precisa de partes, então como explicar tal realidade com suas características? A resposta é que o espaço, o tempo é a matéria são fenômenos bem fundamentados das mônadas, ou seja, elas expressam internamente o universo inteiro conforme o seu ponto de vista, pois:

Toda substância é como um mundo inteiro e como um espelho de Deus, ou melhor, do universo, que cada uma exprime a seu modo, mais ou menos como uma cidade é representada diversamente segundo as diferentes posições do que vê.³⁵

Não é que a realidade física seja uma ilusão, mas um fenômeno, Parkins ao abordar essa questão de Leibniz serve-se do exemplo do arco-íris³⁶, quando arco-íris se forma após uma chuva é inegável que o vemos, entretanto ele não possui partes, não possui matéria, e nem por isso é uma ilusão, ademais, é preciso voltar a etimologia da palavra fenômeno que vem do grego *φαινόμενον* (*PHAINOMENON*), ou seja, aquilo que aparece.

³¹ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017, p. 137.

³² Cf. LEIBNIZ, G.W. *A Monadologia e outros textos*. São Paulo: Hedra, 2009, § 55, p. 35.

³³ *ibid.*, § 1.

³⁴ *ibid.*, § 2.

³⁵ Cf. LEIBNIZ, G.W. *Discurso de metafísica*. São Paulo: Ícone, 2004, § 9, p. 50.

³⁶ Cf. PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 92.

Deste modo, fica claro que Leibniz fala de duas realidades a realidade física pautada em fenômenos bem fundamentados, e a realidade metafísica, e, embora as mônadas não interajam umas com as outras porque elas não possuem janelas por onde nada possa entrar ou sair, é visto que na realidade física os seres estão continuamente interagindo, e, Leibniz afirma que essa interação ocorre através de uma harmonia preestabelecida determinada por Deus ao dar existência a este mundo, entretanto, essa interação é aparente pois tudo o que se passa em uma mônada se passa internamente, tudo se origina da própria natureza representacional de cada substância individual. Embora as mônadas não possam sofrer mudanças externas, é necessário que sofram mudanças mesmo que essas sejam internas, já diz Leibniz que as mônadas são entes capazes de ação³⁷ e precisam ter certas qualidades para serem de fato entes, e para serem únicas, e tal princípio que faz uma substância individual mudar internamente é denominado percepção, e segundo Leibniz, é somente isso que se encontra em uma substância simples, percepção e suas mudanças.³⁸ Haja vista que todas as mônadas possuem percepções, mesmo aquelas que formam as rochas, mas cada uma varia em grau de perfeição, assim Leibniz caracteriza três tipos de mônadas, as nuas, as almas e os espíritos. As mônadas nuas são aquelas que possuem o menor grau de perfeição, pois suas percepções geralmente são confusas, as almas tem um maior grau de perfeição porque suas percepções são claras e acompanhadas de memória, já os espíritos são as mônadas que possuem o maior grau de percepção e porque além de suas percepções serem claras são distintas e essas mônadas têm acesso as verdades eternas, as mesmas verdades que Deus contém em seu entendimento, o problema é que nem sempre os espíritos conseguem ter acesso a essas verdades e quando conseguem elas ainda lhes são limitadas.

Embora Leibniz caracterize três tipos de mônadas, é importante destacar que cada mônada é única, e assim entra uma outra importante teoria de Leibniz, da inclusão conceitual da verdade, Parkins dá uma visão bem clara e objetiva acerca da teoria, diz ele:

A teoria da inclusão conceitual significa que vários mundos possíveis podem ser considerados de duas maneiras. Cada mundo pode ser pensado como a totalidade das substâncias envolvidas na sua existência ou através de qualquer dessas substâncias. Assim a opção de criar qualquer substância em particular é ao mesmo tempo a opção de criar um mundo específico.³⁹

Essa teoria afirma tudo o que já foi falado, mas traz um acréscimo onde juntamente com o princípio da razão suficiente, dá as mônadas a singularidade, diz a teoria que sendo

³⁷ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Princípios da natureza e da graça*. São Paulo: Hedra, 2009, § 1, p. 45.

³⁸ Cf. LEIBNIZ, G.W. *A Monadologia e outros textos*. São Paulo: Hedra, 2009, § 18, p. 28.

³⁹ Cf. PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 51.

as verdades necessárias e contingentes, universais e particulares, a noção do predicado está sempre incluída na ideia do sujeito, haja vista que nenhuma substância simples pode ser igual a outra porque isso envolveria a criação de outro universo, ademais, como já fora afirmado, o que torna uma mônada diferente de outra é a quantidade e a qualidade de percepções que possui.

Outra característica de uma mônada é que ela deve conter uma multiplicidade em sua unidade, e tal multiplicidade pauta-se nas percepções, ademais, a força que uma substância simples tem de mudar de uma percepção à outra denomina-se apetência, entretanto, algumas mônadas não somente tem percepções mas também possuem apercepções, ou seja, reconhecem conscientemente tais percepções, e é através delas que temos acesso às verdades eternas. O problema é que é difícil estar consciente o tempo todo das inúmeras percepções que temos, mas na medida em que essas percepções vão se tornando mais distintas, a apetência parece-se mais com o desejo, e quando se torna ainda mais nítida torna-se vontade. No período moderno o arbítrio humano é dominado por dois modelos, o primeiro diz que as escolhas humanas advêm de uma vontade radicalmente livre, ou seja, sem ser determinadas por razões, a segunda é que o ser humano escolhe aquilo que lhe parece melhor, Leibniz segue essa segunda posição, acerca da vontade ele diz:

Direi que a volição constitui o esforço ou a tendência (*conatus*) para aquilo que consideramos bom e contra o que se acredita mau, de modo que esta tendência resulta imediatamente da percepção que temos. O corolário desta definição é o celebre axioma: do querer e do poder associados segue a ação, visto que de qualquer tendência segue a ação, se ela não for impedida.⁴⁰

Assim Leibniz compreende a volição apenas como mais uma força, mais uma tendência da mônada para a mudança, Perkins ao comentar a questão da vontade no pensamento leibniziano diz que “a vontade não é uma faculdade que escolhe o que desejamos”⁴¹, mas é antes um termo geral para o próprio desejo. Haja vista que a direção que a vontade tomará, dependerá da percepção da mônada em vista daquilo que ela considera bom. E assim há uma diferenciação da vontade de Deus para as dos homens, em Deus a vontade é determinada para aquilo que é melhor, e para o ser humano, ela é determinada para o que parece melhor. A questão da liberdade do homem tem um papel fundamental na filosofia de Leibniz, mas iremos tratá-la de modo simples e objetiva. Poder-se-ia pensar: Ora, se cada ação, cada predicado de uma mônada que ocorreu, ocorre

⁴⁰ Cf. LEIBNIZ, G.W. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 156.

⁴¹ Cf. PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 182.

e ocorrerá já está contida em sua própria natureza, determinada por uma razão suficiente para agir assim e não de outra forma e esta razão é Deus, poderá afinal o homem ser livre? A resposta de Leibniz é que sim, o homem escolhe deliberadamente aquilo que lhe parece melhor, e mesmo que esta escolha, embora seja certa, ela não é necessária, pois outros mundos são igualmente possíveis e, assim, afirma Parkins que para ser responsabilizada por uma opção feita, ela deve ser determinada por aquilo que se é.⁴² Leibniz elenca três critérios para falar que a escolha que o ser humano opta é livre, a primeira delas é que tal escolha deve ser feita de modo deliberado e ter consciência das alternativas, já vimos que o ser humano opta conscientemente por aquilo que lhe parece melhor; a segunda é que tal escolha deve ser espontânea, e portanto originar-se da pessoa que age, visto que as mônadas não interagem, todas as escolhas brotam de suas percepções internas; e a terceira que tal escolha deve ser contingente, isto é, não absolutamente necessária, dado que a existência do universo é contingente as mônadas se encaixam nesse quesito. E é aqui que o problema do mal começa a ser formulado, poderíamos correr o risco de pensar, já que Deus determina tudo inclusive as ações dos seres humanos e embora essa ação seja feita de maneira livre, é Deus o autor do mal? Deus simplesmente não poderia criar um mundo onde o mal não existisse? A opção de Judas em trair Jesus, não é pior que a de Judas não trair? A resposta de Leibniz para essa problemática é simples, diz ele na Teodiceia:

Onde encontremos a fonte do mal? A resposta é que ela deve ser procurada na natureza ideal da criatura, desde que essa natureza esteja encerrada nas verdades eternas que estão no entendimento de Deus independente da vontade dele. Pois é preciso considerar que há uma imperfeição original na criatura antes do pecado, porque a criatura é essencialmente limitada, de onde vem que ela não poderia saber tudo, e que ela pode se enganar e cometer outras faltas.⁴³

São três tipos de males que o autor da Monadologia considera em sua filosofia, sendo respectivamente: o mal metafísico, o mal físico e o mal moral. Ao contrário de Santo Tomás onde o mal moral, isto é, o pecado explica os outros tipos de males, para Leibniz é o mal metafísico que explica os outros, e ao contrário dos males físico e moral, o mal metafísico é necessário não somente no melhor dos mundos possíveis, mas em qualquer outro que Deus concebe em seu entendimento, e de acordo com Perkins, a questão do mal é mais fácil de abordar no pensamento leibniziano quando se parte do porque Deus cria coisas limitadas ou imperfeitas ao invés de ser Ele é o autor do mal?.⁴⁴ Quanto aos outros

⁴² *ibid*, p. 192.

⁴³ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia: sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017, p. 147.

⁴⁴ Cf. PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 62.

males, tornam-se possíveis exatamente porque existem enquanto possibilidade no entendimento divino, assim Deus irá examiná-los afim de permiti-los ou não, mesmo que isso seja em partes contrário à sua vontade antecedente. O mal metafísico consiste na própria limitação de cada criatura ou na simples imperfeição originária no próprio ato criativo, assim ao conceber qualquer criatura no estado da pura possibilidade, a limitação se faz presente nela porque a única coisa ilimitada é o próprio Criador, ademais, ao ser elevada ao estado de existência, ela encerra em si uma única fonte de perfeição, ou melhor, encerra toda a perfeição possível, mas em grau limitado. Deste modo, como já fora afirmado acima, qualquer mundo que Deus concebe em seu entendimento, o mal metafísico necessariamente se faz presente, porque se não houvesse Deus correria o risco de criar outro Deus.⁴⁵

O mal físico é originado do mal metafísico, pois visto que as criaturas encerram em si uma limitação, a matéria é afetada, isto é, somos afetados, nossos corpos sentem com doenças, frio, calor, enfim deseja-se sempre a partir desta falta. Evidente que este sentir é apenas em nível ideal. Na Teodiceia Leibniz diz que para se entender os males físicos, é preciso saber em que eles consistem, contudo, não somente eles, mas também os bens físicos. Assim, concorda com Pierre Bayle, quando diz que o mal de natureza física é uma forma de desprazer, ou então qualquer outra forma de incômodo. Entretanto, discorda dele quando se refere acerca do bem físico ser constituído apenas de prazer, e afirma que é preciso ainda considerar outro estágio, que ele denomina de médio, que é próximo ao que se entende por santidade e, desta forma, os sentimentos que não desagradam e não causam aparentemente um prazer, também devem ser considerado bens, e a privação destes são uma forma de mal físico⁴⁶. Além do mais, só se apercebe de um bem físico quando dele se é privado, por exemplo, eu só sei que estou em uma boa condição de saúde, porque houve vezes em que fui privado desta e acabei adoecendo. Deus, ao permitir o mal físico não o quer de maneira absoluta, mas geralmente o usa como um meio para uma finalidade, a obtenção de bens maiores. Deste modo, o sofrimento, o mal serve para ajudar aquele que sofre a obter uma melhor apreciação do bem, tal como contribui para uma perfeição daquele que está sofrendo como “o grão que semeia está sujeito a uma espécie de corrupção para que germine.”⁴⁷ Assim, Leibniz faz uma apologia

⁴⁵ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017, § 31, p. 154.

⁴⁶ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017, § 251, p. 312-313.

⁴⁷ Cf. *ibid.* § 23, p. 149.

que mesmo diante dos males físicos que sofreremos e perceberemos no melhor dos mundos possíveis é ainda bem menor em relação aos bens de ordem física.

O mal metafísico também explica o mal moral e este último relaciona-se diretamente com o arbítrio humano, portanto, com a sua vontade. Como somos limitados, nosso entendimento acerca das coisas também o é, assim, cometemos erros, além do mais já mencionamos acima que os seres humanos agem pelo que lhes parece melhor e não pelo que de fato é melhor. Deste modo, Leibniz procura fazer uma apologia em favor de Deus, afim de conciliar sua perfeição com a própria limitação dos homens e, para isso, parte do arbítrio humano, do qual afirma ser a fonte do mal moral pois:

Nós estabelecemos o livre-arbítrio é a causa próxima do mal da culpa, e em seguida do mal das penas, embora seja verdadeiro que a imperfeição original das criaturas que se encontra representada nas ideias eternas delas é a primeira e a mais distante de suas causas.⁴⁸

A liberdade humana como visto acima relaciona-se diretamente com seu entendimento e sua vontade. Mesmo na filosofia determinista de Leibniz o homem é livre, esta liberdade é denominada liberdade de contingência, isto é, embora seja certo que se cometa tal ação, ela não necessária pois o contrário não implicaria contradição. Além disso, um dos critérios para se determinar se há ou não liberdade humana no pensamento leibniziano é quando o sujeito opta deliberadamente pelo o que se quer, isto é, a escolha não deve sofrer influência e ser consciente dela. Deste modo, o entendimento e a conduta humana decorrem de dois fatores, um em que as percepções humanas são levadas pela racionalidade, a ela Leibniz denomina ideias claras e distintas, nelas o homem chega as verdades eternas, enquanto na segunda o homem é influenciado pelas paixões, ou seja, suas percepções são confusas, e é neste nível em que o mal moral ocorre. Portanto, pela própria limitação original nós, na maioria das vezes, não nos apercebemos das percepções que temos, de modo que somos levados pelas paixões, e escolhemos agir de tal maneira que, por nossas percepções confusas, nos parece melhor, mas que de fato não são.

Haja vista que Deus não quer o mal moral, mas o permite visando diminuir um mal menor ou visando um bem maior, a saber, Leibniz considera que o mal moral não em si tão grande, mas se torna devastador porque torna-se a fonte de males físicos causados pelos seres humanos que, para ele, é um ser poderoso e capaz de provocar tal mal⁴⁹. Portanto, Deus ao dar existência a seres que certamente pecarão, visa com tais males,

⁴⁸ Cf. *ibid.* § 288, p. 338.

⁴⁹ Cf. *ibid.* § 26, p. 150.

maximizar a perfeição do mundo e, embora o mal moral não seja necessário, é permitido porque no todo ele será mais fonte de bens do que propriamente males.

Por fim, é inevitável que haja qualquer realidade sem a existência de algum mal, entretanto, ter a consciência de que Deus é perfeitamente bom e, por seu perfeito poder dá a existência a melhor realidade possível, isto é, ao melhor dos mundos possíveis, onde o mal também se faz presente, mas que os males são parte de um todo onde se constitui um grande bem, permite-nos aceitar e resignar os sofrimentos que enfrentamos e percebemos.

Conclusão

A partir de tudo o que fora explicitado neste artigo, pudemos perceber o quão peculiar e intrigante é a filosofia de Leibniz, sobretudo, sua enorme capacidade de fazer uma filosofia, um sistema capaz de conciliar o mundo com a existência do mal.

O Deus leibniziano ao decidir dar a existência a esta realidade, teria feito a fonte do mal⁵⁰, contudo não é ele o autor, ou mais propriamente, a origem do mal, mas sim as próprias criaturas que, são por natureza limitadas e, por essa limitação, agem e escolhem o que lhes parece melhor, e não pelo que de fato é melhor. De outro modo, em sua máxima onisciência, Deus concebe todas as criaturas tal qual como elas são, fazendo com que muitas vezes a vontade e a inteligência divina conflitem entre si, mas, é por uma necessidade hipotética ou moral que Deus deixa sua vontade particular, para uma vontade geral, afim de maximizar a diversidade e variação dos seres com a compossibilidade de viverem junta em uma harmonia preestabelecida. Deste modo, é que Leibniz afirma que pela sua perfeita onisciência Deus concebe, por sua perfeita bondade escolhe e por seu perfeito poder dá a existência ao melhor dos mundos possíveis⁵¹.

Portanto, a existência dos males no sistema leibniziano, está subsumida na ideia de melhor dos mundos possíveis, pois este mundo já fora determinado por Deus tal qual como ele é, isto é, todos os seus eventos passados, presentes e futuros, garantiram, garantem e garantirão qualitativamente o adjetivo de mais perfeito possível e, pensar diferente não contradiz esta ideia, pelo contrario só prova a contingência do mundo, mas

⁵⁰ Cf. LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017, § 380, p. 395.

⁵¹ Cf. LEIBNIZ, G.W. *A Monadologia* São Paulo: Hedra, 2009, § 55, p. 35.

pensar em um mundo sem males, seria de acordo com Leibniz utopias, romances, mas mesmo esses seriam inferiores ao nosso na produção de bens⁵². Além disso, só pensamos desta maneira por conta de nossa própria limitação espaço/temporal, se pudéssemos ver de maneira simultânea, como um espectador no alto de uma torre, conforme a analogia de São Tomás de Aquino acerca dos futuros contingentes, perceberíamos o bem contido nos males, porque não estaríamos sujeitos ao percurso. Enfim, “se o menor mal que acontece no mundo deixasse de existir, esse não seria mais este mundo, o qual, todo calculado, todo ponderado, foi considerado o melhor pelo criador que o escolheu”.⁵³

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*, v. IV. Lisboa: Presença, 2006.
- AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- AQUINO, Santo Tomás de. *Sobre o mal*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. *História da filosofia cristã*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GILSON, Etienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- EPICURO. *Antologia de textos*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LEIBNIZ, G.W. *A Monadologia*. São Paulo: Hedra, 2009.
- LEIBNIZ, G.W. *Discurso de Metafísica*. São Paulo: Ícone, 2004.
- LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
- LEIBNIZ, G.W. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- LEIBNIZ, G. W. *Princípios da natureza e da graça*. São Paulo: Hedra, 2009.
- PERKINS, Franklin. *Compreender Leibniz*. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁵² Cf. LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus a liberdade do homem e a origem do mal*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017, § 10, p. 139.

⁵³ Cf. *ibid.* § 9, p. 139.